

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ/ES

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2023



AUDITOR PÚBLICO INTERNO – ESPECIALIDADE: DIREITO

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

O texto contextualiza as questões de **01** a **09**. Leia-o atentamente.

Você é um número

Se você não tomar cuidado vira um número até para si mesmo. Porque a partir do instante em que você nasce classificam-no com um número. Sua identidade no Félix Pacheco é um número. O registro civil é um número. Seu título de eleitor é um número. Profissionalmente falando você também é. Para ser motorista, tem carteira com número, e chapa de carro. No imposto de renda, o contribuinte é identificado com um número. Seu prédio, seu telefone, seu número de apartamento – tudo é número.

Se é dos que abrem crediário, para eles você também é um número. Se tem propriedades, também. Se é sócio de um clube tem um número. Se é imortal da Academia Brasileira de Letras tem número da cadeira.

É por isso que vou tomar aulas particulares de matemática. Preciso saber das coisas. Ou aulas de física. Não estou brincando: vou mesmo tomar aulas de matemática, preciso saber alguma coisa sobre cálculo integral.

Se você é comerciante, seu alvará de localização o classifica também.

Se é contribuinte de qualquer obra de beneficência também é solicitado por um número. Se faz viagem de passeio ou de turismo ou de negócio recebe um número. Para tomar um avião, dão-lhe um número. Se possui ações também recebe um, como acionista de uma companhia. É claro que você é um número no recenseamento. Se é católico recebe um número de batismo. No registro civil ou religioso você é numerado. Se possui personalidade jurídica tem. E quando a gente morre, no jazigo, tem um número. E a certidão de óbito também.

Nós não somos ninguém? Protesto. Aliás é inútil o protesto. E vai ver meu protesto também é número.

A minha amiga contou que no Alto do Sertão de Pernambuco uma mulher estava com o filho doente, desidratado, foi ao posto de saúde. E recebeu a ficha com o número 10. Mas dentro do horário previsto pelo médico a criança não pôde ser atendida porque só atenderam até o número 9. A criança morreu por causa de um número. Nós somos culpados.

Se há uma guerra, você é classificado por um número. Numa pulseira com placa metálica, se não me engano. Ou numa corrente de pescoço, metálica.

Nós vamos lutar contra isso. Cada um é um, sem número. O si-mesmo é apenas o si-mesmo.

E Deus não é número.

Vamos ser gente, por favor. Nossa sociedade está nos deixando secos como um número seco, como um osso branco seco posto ao sol. Meu número íntimo é nove. Só. Oito. Só. Sete. Só. Sem somá-los nem transformá-los em novecentos e oitenta e sete. Estou me classificando como um número? Não, a intimidade não deixa. Veja, tentei várias vezes na vida não ter número e não escapei. O que faz com que precisemos de muito carinho, de nome próprio, de genuinidade. Vamos amar que amor não tem número. Ou tem?

(LISPECTOR, Clarice. Todas as crônicas. 2018.)

Questão 01

Segundo o texto, o problema principal de se tornar um número é:

- A) Contribuir para que o caos social seja instalado e mantido.
- B) Ter comprometida sua identidade como pessoa, ser humano.
- C) A exclusão de indivíduos cujo domínio matemático foge ao padrão esperado.
- D) Fortalecer a dinâmica social da importância exagerada atribuída aos números.

Questão 02

A forma como a autora estabelece a interlocução com o leitor demonstra que utiliza como estratégia:

- A) Um discurso impositivo e infesto acerca das ações necessárias a serem realizadas pelo leitor como cidadão pertencente à sociedade.
- B) O reconhecimento explícito e exposto no texto de que o leitor é fundamental no processo de criação de todo e qualquer tipo textual, assim como de todo e qualquer gênero textual.
- C) Comprometimento explícito com situações vividas pelo leitor, de modo a assegurar-lhe suporte para realização de ações que possibilitem transformações mediante o cenário apresentado.
- D) Explícita abordagem ao leitor, indicando tal interlocução. Escolha linguística indicativa de que há determinada consideração do leitor como agente participativo e, por isso mesmo, tem como função o despertar para a leitura.

Questão 03

Ao estruturar a frase *“No imposto de renda, o contribuinte é identificado com um número.”* (1º§) na voz passiva, a autora obtém como efeito sintático:

- A) Exposição explícita do agente da ação expressa.
- B) Omissão do paciente da ação verbal, de forma intencional.
- C) Impossibilidade de que tal estrutura seja expressa pela correspondente ativa.
- D) Atribuição ao paciente da ação verbal, de forma explícita, o papel de sujeito da oração.

Questão 04

Considerando o emprego do termo *“se”*, é possível identificar e reconhecer no texto várias ocorrências, demonstrando seu uso. Sobre tal afirmativa, está correto o indicado em:

- A) O efeito discursivo provocado pelo emprego do *“se”*, no texto, demonstra um aspecto hipotético impositivo.
- B) A repetição do termo *“se”* tem como finalidade enfatizar e reforçar a ideia expressa diante dos fatos mencionados.
- C) A conjunção *“se”* poderia ser substituída no texto por *“embora”* sem que haja prejuízo de sentido, realizadas as devidas alterações estruturais.
- D) O emprego insistente do termo *“se”* no texto tem a função de indicar as consequências possíveis da presença dos números na vida das pessoas.

Questão 05

Em *“Nossa sociedade está nos deixando secos como um número seco, como um osso branco seco posto ao sol.”* (11º§), é possível reconhecer o emprego da forma nominal do verbo *“deixar”*. Assinale a reescrita do segmento em que tal forma foi devidamente substituída, mantendo-se a correção semântica e gramatical.

- A) *“Nossa sociedade nos deixa secos como um número seco, como um osso branco seco posto ao sol.”*
- B) *“Nossa sociedade nos deixaria secos como um número seco, como um osso branco seco posto ao sol.”*
- C) *“Nossa sociedade nos deixaria, assim, secos como um número seco, como um osso branco seco posto ao sol.”*
- D) *“Nossa sociedade, pois, está nos deixando secos como um número seco, como um osso branco seco posto ao sol.”*

Questão 06

“Se você não tomar cuidado vira um número até para si mesmo. Porque a partir do instante em que você nasce classificam-no com um número.” (1º§) O complemento verbal destacado foi empregado INCORRETAMENTE apenas em:

- A) Não recebeu-o do fornecedor em tempo hábil.
- B) Ela revelou-no todos os detalhes relativos à investigação.
- C) Sabe aquele livro? Entreguei-o depois de um longo período.
- D) Convidei-o para a festa em homenagem aos vencedores do concurso.

Questão 07

O segmento a seguir mostra uma ocorrência de pronome demonstrativo: *“Nós vamos lutar contra isso.”* (9º§) Sobre tal emprego, pode-se afirmar que:

- A) Tal pronome é uma referência à informação posterior: *“o si-mesmo”*.
- B) O pronome indica o motivo da luta ser necessária diante dos fatos mencionados.
- C) A luta citada é contra a ideia de qualquer tipo de protesto, já que *“o protesto é inútil”*.
- D) Como elemento de coesão textual, o pronome demonstrativo provoca a manutenção do referente.

Questão 08

Considerando o trecho destacado a seguir: *“É por isso que vou tomar aulas particulares de matemática. Preciso saber das coisas. Ou aulas de física. Não estou brincando: vou mesmo tomar aulas de matemática, preciso saber alguma coisa sobre cálculo integral.”* (3º§), pode-se afirmar que:

- A) A partir da concepção da autora, a matemática é vista como a responsável pelas questões apresentadas anteriormente.
- B) Há, no discurso proferido, efeito de sentido irônico com a finalidade de produção de posicionamento crítico mediante a situação apresentada anteriormente.
- C) Diante da situação expressa anteriormente, a autora encontra-se em um dilema acerca da necessidade de conhecer com maior profundidade sobre os números e sua utilidade.
- D) Embora haja a consciência plena da necessidade de utilização dos números por parte da autora, ela reconhece sua total incapacidade diante de tal emprego nas situações por ela mencionadas.

Questão 09

“Nós não somos ninguém? Protesto. Aliás é inútil o protesto. E vai ver meu protesto também é número. (6º§)

A minha amiga contou que no Alto do Sertão de Pernambuco uma mulher estava com o filho doente, desidratado, foi ao Posto de Saúde. E recebeu a ficha com o número 10. Mas dentro do horário previsto pelo médico a criança não pôde ser atendida porque só atenderam até o número 9. A criança morreu por causa de um número.” (7º§)

Considerando o contexto e os elementos destacados anteriormente, assinale a alternativa cuja expressão como sugestão de substituição está incorretamente indicada.

- A) Aliás = por isso.
- B) Porque = já que.
- C) Mas = entretanto.
- D) Por causa de = devido a.

Questão 10

Sabendo-se que a utilização do e-mail tornou-se prática comum, com a evolução dos meios de comunicação tecnológicos, analise as assertivas a seguir.

- I. Como gênero textual, o e-mail pode ser considerado um documento oficial, assim como o ofício.
- II. O e-mail (correio eletrônico) é uma ferramenta de comunicação aceita, não só em âmbito privado, mas também na Administração Pública.
- III. Como trata-se de um gênero textual virtual, a linguagem utilizada não está presa necessariamente a padrões utilizados em uma comunicação oficial, em qualquer situação que seja.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

A folha de papel A4 tem metade da área de uma folha A3 e o dobro da área de uma folha A5. Isso porque todos os tamanhos de folhas “A” são derivados da folha A0, que possui 1 m². As folhas derivadas possuem metade da área da folha com uma unidade a mais no nome. Sendo assim, mantendo-se essa relação de áreas até a folha A10, qual é a razão entre a área das folhas A4 e A10?

- A) 32.
- B) 64.
- C) 512.
- D) 1024.

Questão 12

Após passar um dia inteiro em um pomar, José constatou que 2 em cada 10 goiabas que ele pegava não estavam boas para o consumo. Tendo em vista esta informação, se José subir em uma goiabeira deste pomar e pegar 5 goiabas, a probabilidade de ele pegar apenas uma goiaba estragada está compreendida entre:

- A) 9,99% e 29,99%.
- B) 30,00% e 39,99%.
- C) 40,00% e 49,99%.
- D) 50,00% e 60,00%.

Questão 13

Considere a seguinte sentença:

“Nenhum pintor brasileiro produziu obra de arte valiosa”.

Se o valor lógico da sentença apresentada é falso, qual alternativa é verdadeira?

- A) Algum pintor brasileiro produziu obra de arte valiosa.
- B) Nenhum pintor estrangeiro produziu obra de arte valiosa.
- C) Todos os pintores brasileiros produziram obra de arte valiosa.
- D) Pelo menos um pintor estrangeiro produziu obra de arte valiosa.

Questão 14

Joana possui dois *smartphones* idênticos, pois os utiliza como ferramenta de trabalho e não pode ficar sem bateria. Certo dia, quando um dos aparelhos marcava um nível de bateria de 10%, ela o colocou para recarregar e imediatamente começou a utilizar o outro *smartphone*, que marcava 80% do nível de bateria. Sabe-se que o celular que estava sendo carregado precisa de 150 minutos para terminar de completar a carga e que o outro aparelho em uso irá gastar 1 hora e 40 minutos para terminar de descarregar completamente. Assim, a partir do momento em que Joana troca de aparelho, os dois atingirão o mesmo nível de bateria simultaneamente quando estiverem marcando:

- A) 35%.
- B) 40%.
- C) 45%.
- D) 50%.

Questão 15

Determinado professor desafiou seus alunos do curso de matemática a construir um triângulo retângulo de área 54 cm² utilizando três varas de madeira com 15 cm cada. Nesse desafio, até duas das varas podem ser cortadas para que seu tamanho seja reduzido, devendo descartar-se um dos pedaços das varas cortadas, pois estes pedaços não podem ser colados para construir um lado do triângulo. Dessa forma, para que seja possível a construção da figura proposta pelo professor, os alunos devem descartar um comprimento total dessas varas de madeira correspondente a:

- A) 3 cm.
- B) 4 cm.
- C) 6 cm.
- D) 9 cm.

INFORMÁTICA

Questão 16

A Unidade Central de Processamento (*Central Processing Unit, CPU*) é a parte do computador que interpreta e leva as instruções contidas no *software*. Sobre as unidades que compõem uma CPU, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Unidade de controle: é responsável por controlar e supervisionar todo o sistema de processamento.
- B) Unidade lógica e aritmética: é responsável por efetuar operações lógicas e aritméticas nos dados lidos.
- C) Unidade lógica e aritmética: realiza operações de soma, subtração, multiplicação; no entanto, não é capaz de testar algumas condições de processamento com os dados lidos.
- D) Unidade de controle: executa os comandos que envolvem o controle das unidades de entrada e a transferência dos dados para a memória, sendo os dados computados transferidos para as unidades de saída.

Questão 17

No *Microsoft Office Word*, a barra de *menu* permite ao usuário acessar as opções do *menu* do respectivo programa referente à tarefas específicas. Assinale a alternativa que permite ao usuário salvar um documento *Word*, via atalho do teclado, sem acessar as opções da barra de *menu*.

- A) CTRL + A
- B) CTRL + B
- C) CTRL + O
- D) CTRL + P

Questão 18

No *Microsoft Office Excel*, as funções E e OU são definidas como funções lógicas porque retornam como saída na célula. Em relação às funções E e OU do *Microsoft Office Excel*, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A função E pode receber vários parâmetros e retornará como saída verdadeira somente se todos os parâmetros tiverem sido verificados como verdadeiros.
- () A função OU retorna verdadeira quando, pelo menos, um dos parâmetros é avaliado como verdadeiro.
- () A única forma da função OU retornar falsa é quando todos os seus parâmetros são falsos.

A sequência está correta em

- A) F, F, F.
- B) F, V, F.
- C) V, F, V.
- D) V, V, V.

Questão 19

O sistema operacional de um computador pode ser definido como um programa ou um conjunto de programas cuja função principal é gerenciar os recursos do computador. Sobre as características do sistema operacional de um computador, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O sistema operacional pode ser visto como uma camada entre o *hardware* e os aplicativos.
- B) O sistema operacional define qual programa tem prioridade de uso do processador por meio do gerenciamento do processador.
- C) O sistema operacional tem acesso completo à memória lógica e física do sistema, permitindo que os processos dos usuários tenham acesso seguro quando fazem solicitação de alocação de memória.
- D) O primeiro programa que o computador executa no momento que é ligado chama-se *bootstrapping*. Esse programa funciona apenas durante o início do carregamento do sistema operacional, sendo desativado após o sistema operacional estar em funcionamento.

Questão 20

Um modelo de dados ou modelo de um banco de dados trata-se de uma descrição dos tipos de informações que estão armazenadas em um banco de dados. Considere os dois níveis de abstração de modelo de dados, modelo conceitual e modelo lógico, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O modelo conceitual mostra que os dados podem aparecer no banco de dados, mas não informa como estes dados estão armazenados a nível físico no banco de dados.
- () O diagrama Entidade-Relacionamento (ER) é utilizado para descrever um banco de dados independente da implementação no SGBD. Esse diagrama é utilizado no nível de abstração do modelo lógico.
- () O modelo lógico é uma descrição de um banco de dados no nível de abstração visto pelo usuário do banco de dados.

A sequência está correta em

- A) F, F, F.
- B) F, V, F.
- C) V, F, V.
- D) V, V, V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 21

A autoridade municipal competente instaurou um processo administrativo disciplinar para apurar a conduta funcional da servidora pública Sílvia que, segundo denúncia escrita apresentada por um cidadão, teria incorrido em infração administrativa capitulada no respectivo estatuto dos servidores públicos do Município X. Durante a instrução, chegou ao conhecimento da autoridade municipal que no *e-mail* privado de Sílvia havia comunicações que comprovavam o envolvimento dela em atos ilícitos. Certo dia, ao sair para o almoço, Sílvia acabou esquecendo em sua mesa de trabalho a agenda pessoal, onde constava a anotação de sua conta de *e-mail* e respectiva senha. Aproveitando a oportunidade, a autoridade verifica a agenda de Sílvia e consegue acessar o *e-mail* da servidora a partir da anotação ali constante. Ao verificar as correspondências recebidas pela servidora, a autoridade conseguiu obter prova da infração apurada no processo administrativo. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a prova obtida pela autoridade municipal:

- A) É ilícita, pois violou as comunicações pessoais de Sílvia.
- B) Poderá ser utilizada no âmbito do processo administrativo, desde que haja a convalidação do ato por parte de uma autoridade judiciária.
- C) Poderá ser utilizada somente no âmbito do processo administrativo, sendo vedada a utilização da mesma prova no âmbito de eventual processo judicial.
- D) É lícita, pois a autorização judicial prévia para a violação das comunicações pessoais é necessária tão somente no âmbito de processos penais ou nos casos de investigação criminal.

Questão 22

Para a realização da construção de uma escola pública municipal, Daniel elaborou o projeto arquitetônico e a planilha orçamentária detalhada. Nesse sentido, considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que Daniel participou da elaboração do

- A) anteprojeto.
- B) projeto básico.
- C) projeto executivo.
- D) estudo técnico preliminar.

Questão 23

O Município X, através da edição da Lei nº 001/2023, disciplinou sobre regras gerais atinentes à proteção e tratamento de dados pessoais nos meios digitais, incluindo a responsabilização pelo tratamento indevido de dados pessoais realizados por pessoa natural para fins, exclusivamente, particulares e não-econômicos. Considerando a situação hipotética narrada, é correto afirmar que o Município X:

- A) Não tem competência para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais.
- B) Possui competência concorrente com a União e os Estados para legislar sobre o tema, no tocante a questões de interesse local.
- C) Poderá legislar para suplementar a legislação federal, desde que haja lei complementar federal autorizando os Municípios a assim procederem.
- D) Tem competência para legislar sobre questões específicas a respeito da proteção e tratamento de dados pessoais, a exemplo daqueles realizados por pessoa natural para fins, exclusivamente, particulares.

Questão 24

Tendo em vista as sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, analise as afirmativas a seguir.

- I. Considerando a situação econômica do réu, o juiz poderá aumentar em até cinco vezes a penalidade de multa.
- II. As sanções relativas ao perdimento de bens e de pagamento de multa poderão ser executadas antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- III. Para os atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública, poderá o responsável ser condenado à suspensão dos direitos políticos pelo período de cinco a oito anos.
- IV. O responsável por ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito poderá ser condenado à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos por até quatorze anos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II.
- B) IV.
- C) I e III.
- D) II e IV.

Questão 25

Composto de onze Ministros, o Supremo Tribunal Federal (STF) é o órgão do Poder Judiciário que tem como principal função a guarda da Constituição. Dentre as competências originárias do STF, está a de processar e julgar

- A) a homologação de sentença estrangeira.
- B) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- C) os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado.
- D) o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 26

A Lei Orgânica do Município (conforme Emenda Revisional 01/2014) dispõe que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pela Câmara Municipal mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Sobre o tema em comento, analise as afirmativas a seguir.

- I. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.
- II. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal serão, semestralmente, julgadas pela Câmara no período de trinta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência.
- III. As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, sendo defeso ao Município suplementar essas contas, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.

Questão 27

A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos nas formas de direito financeiro e nos preceitos da Lei Orgânica do Município; pertencem ao Município:

- A) Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto Estadual sobre propriedade de veículos automotores licenciados em seu território.
- B) Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados.
- C) Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- D) O produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir e mantiver.

Questão 28

Considerando o Decreto Municipal nº 1.628/2021, sobre os princípios fundamentais a serem observados pelos agentes públicos do Município de Santa Maria de Jetibá, no exercício do seu cargo ou função, relacione adequadamente as colunas a seguir.

- 1. Competência.
- 2. Moralidade.
- 3. Ética.
- 4. Imparcialidade.

- () Os agentes públicos devem abster-se de tomar partido em suas atividades de trabalho, desempenhando suas funções de forma profissional, com neutralidade político-partidária, religiosa e ideológica.
- () Os agentes públicos deverão prezar pelo equilíbrio entre a legalidade e a finalidade. Respeitar os princípios éticos da razoabilidade e justiça na conduta do agente público, que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
- () O agente público deve buscar a excelência no exercício de suas atividades, mantendo-se atualizado quanto aos conhecimentos e informações necessárias, de forma a obter os resultados esperados pela sociedade.
- () Os agentes públicos não poderão jamais desprezar este elemento de sua conduta. Não terão que decidir somente entre o ilegal e o ilegal; o justo e o injusto; o conveniente e o inconveniente; o oportuno e o inoportuno; mas, principalmente, entre o honesto e o desonesto, consoante às regras contidas no Art. 37, *caput* e Art. 4º da Constituição Federal.

A sequência está correta em

- A) 4, 2, 1, 3.
- B) 2, 1, 3, 4.
- C) 1, 3, 2, 4.
- D) 3, 4, 2, 1.

Questão 29

Joaquim logrou aprovação no concurso público para a prefeitura municipal de Santa Maria de Jetibá e estava inteirando-se sobre o Decreto Municipal nº 1.628/2021, quando se deparou com as seguintes afirmações:

- I. Pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou aceitar para si ou para outrem, qualquer tipo de ajuda financeira, presente, gratificação, prêmio, comissão doação, empréstimo pessoal ou vantagem de qualquer espécie para influenciar ou deixar de fazer algo no exercício de seu cargo, emprego ou função pública ou para influenciar outro agente para o mesmo fim.
- II. Manter sob sigilo dados e informações de natureza confidencial obtidas no exercício de suas atividades ou, ainda, de natureza pessoal de colegas e subordinados que só a eles digam respeito, as quais, porventura, tenha acesso em decorrência do exercício profissional, informando a chefia imediata ou a autoridade responsável quando tomar conhecimento de que assuntos sigilosos estejam ou venham a ser revelados.
- III. Adotar qualquer conduta que interfira no desempenho do trabalho ou que crie ambiente hostil, ofensivo ou com intimidação, tais como ações tendenciosas geradas por simpatias, antipatias ou interesses de ordem pessoal, sobretudo, e, especialmente, o assédio sexual de qualquer natureza ou o assédio moral, no sentido de desqualificar outros, por meio de palavras, gestos ou atitudes.
- IV. Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder de que tenha tomado conhecimento, indicando elementos de prova, para efeito de apuração em processo apropriado.

É vedado ao agente público de Santa Maria de Jetibá o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.

Questão 30

Tendo em vista o processo legislativo da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, é correto afirmar que a elaboração de emendas à Lei Orgânica Municipal se dará por meio de

- A) iniciativa do judiciário municipal.
- B) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- C) proposta expressa no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.
- D) voto em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovação por metade mais um dos membros da Câmara Municipal.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 31

O processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal refere-se a um conjunto de procedimentos e práticas regulamentadas que visam à tomada de decisões, à elaboração de atos administrativos e à resolução de questões no âmbito do Poder Executivo Federal no Brasil. Esse processo segue regras e princípios estabelecidos pela Lei nº 9.784/1999, que institui o Regime Jurídico dos Atos Administrativos, garantindo transparência, eficiência e legalidade nas ações do governo. Em relação à Lei nº 9.784/1999, analise as afirmativas a seguir.

- I. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, somente desistir totalmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.
- II. A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- III. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- IV. Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 32

O superendividamento é uma situação em que o consumidor acumula dívidas excessivas, muitas vezes além de sua capacidade financeira de pagamento. Prevenir e tratar o superendividamento trata-se de aspecto crucial para promover a estabilidade financeira e o bem-estar econômico das pessoas. Nos termos da Lei nº 8.078/1990, é vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não:

- A) Ocultar ou dificultar a compreensão sobre os ônus e os riscos da contratação do crédito ou da venda a prazo e à vista.
- B) Indicar que a operação de crédito deverá ser concluída com consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor.
- C) Assediar ou pressionar o consumidor para contratar o fornecimento de produto, serviço ou crédito, principalmente se se tratar de consumidor idoso, analfabeto, doente ou em estado de vulnerabilidade agravada ou se a contratação envolver prêmio.
- D) Condicionar o atendimento de pretensões do consumidor ou o início de tratativas à renúncia ou à desistência de demandas judiciais, ao pagamento de honorários advocatícios, a depósitos judiciais e a comissão do vendedor, bem como quaisquer outras despesas relativas à vantagem do consumidor.

Questão 33

No contexto da Previdência Social, os segurados obrigatórios são aqueles que têm a obrigação legal de contribuir para o sistema, assegurando, assim, o direito aos benefícios previdenciários. Assinale a afirmativa que define corretamente o segurado obrigatório da Previdência Social.

- A) O empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.
- B) O brasileiro ou o estrangeiro domiciliado no Brasil e contratado no exterior para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
- C) Aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
- D) O brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença à empresa estrangeira.

Questão 34

A utilização da Ata de Registro de Preços (ARP) por órgãos ou entidades não participantes é um procedimento previsto na legislação de licitações no Brasil, especificamente na Lei nº 8.666/1993 e no Decreto nº 7.892/2013. A ARP é um instrumento de contratação que visa facilitar a aquisição de bens e serviços comuns por órgãos públicos, por meio de uma licitação única que estabelece preços e condições para futuras aquisições. De acordo com o Decreto nº 7.892/2013 em relação à ARP, assinale a afirmativa correta.

- A) É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão à ata de registro de preços da Administração Pública Federal.
- B) É obrigatório ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, aceitar o fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- C) O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- D) Compete ao órgão participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Questão 35

Os direitos políticos, de acordo com a Constituição Federal do Brasil, são essenciais para o funcionamento da Democracia e representam o conjunto de prerrogativas que os cidadãos têm para participar ativamente do processo político e das decisões do país. A Constituição Federal de 1988 estabelece diversas disposições relacionadas aos direitos políticos, garantindo a participação dos cidadãos nas eleições, plebiscitos e referendos, bem como o exercício de funções públicas. Em relação aos direitos políticos previstos na Constituição Federal, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- () São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- () A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- () Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 60 (sessenta) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, F.
- B) V, V, F, F.
- C) F, V, V, V.
- D) F, F, F, V.

Questão 36

No contexto do direito sucessório, a colação refere-se a um princípio que busca equalizar as quotas hereditárias dos herdeiros, considerando as doações feitas em vida pelo autor da herança. Esse princípio está presente em alguns sistemas jurídicos, como o brasileiro, com base no Código Civil. Tendo em vista que a colação tem como objetivo garantir que, ao calcular a parte da herança de cada herdeiro, seja levado em consideração o valor dos bens que foram doados pelo *de cujus* ainda em vida, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () São dispensadas da colação as doações que o doador determinar saíam da parte disponível, contanto que não a excedam, computado o seu valor ao tempo da doação.
- () A dispensa da colação só pode ser outorgada pelo doador em testamento.
- () O valor de colação dos bens doados será aquele, certo ou estimativo, que lhes atribuir o ato de liberalidade.
- () Quando os netos, representando os seus pais, sucederem aos avós, serão obrigados a trazer à colação, ainda que não o hajam herdado, o que os pais teriam de conferir.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F.
- B) F, V, V, V.
- C) F, F, V, F.
- D) V, F, V, V.

Questão 37

A ordem econômica e financeira é um dos pilares da Constituição Federal do Brasil de 1988. Ela estabelece os princípios e diretrizes que devem orientar a organização da economia e das finanças públicas do país, visando à promoção do desenvolvimento econômico com justiça social. A ordem econômica e financeira brasileira é pautada por princípios como a soberania nacional, a propriedade privada, a função social da propriedade, a livre concorrência, a defesa do consumidor, a defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais, a busca do pleno emprego, dentre outros. Sobre a ordem econômica e financeira de acordo com a Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir.

- I. As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- II. O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, tendo em vista a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.
- III. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.
- IV. A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, poderá estabelecer a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 38

A dívida ativa da Fazenda Pública é o conjunto de créditos de natureza tributária e não tributária, constituídos contra devedores que, por diversas razões, não cumpriram com suas obrigações perante o Estado. A Lei nº 6.830/1980, conhecida como Lei de Execução Fiscal, regulamenta o processo de cobrança dessas dívidas ativas no âmbito federal. Sobre a referida Lei, assinale a afirmativa correta.

- A) Na execução por carta, os embargos do executado serão oferecidos no Juízo deprecante, para instrução e julgamento.
- B) Será admitida reconvenção, compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão arguidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.
- C) Não se realizará audiência, se os embargos versarem sobre matéria de direito, ou, sendo de direito e de fato, a prova for exclusivamente documental, caso em que o Juiz proferirá a sentença no prazo de trinta dias.
- D) Se o preço da avaliação ou o valor da melhor oferta for superior ao dos créditos da Fazenda Pública, a adjudicação somente será deferida pelo Juiz se a diferença for depositada, pela exequente, à ordem do Juízo, no prazo de quinze dias.

Questão 39

O CTN estabelece as regras para o pagamento do crédito tributário, incluindo formas de extinção da obrigação, como a compensação, a transação, a remissão, a prescrição, dentre outras. O crédito tributário, portanto, é o cerne do sistema tributário brasileiro, sendo sua correta constituição e exigibilidade essenciais para o funcionamento do Estado e para a arrecadação dos recursos necessários à realização de suas funções. Em relação ao crédito tributário, analise as afirmativas a seguir.

- I. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- II. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
- III. A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele.
- IV. Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de dois anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 40

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

- A) Composição de custos unitários maiores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- B) Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso.
- C) Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de dois anos anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.
- D) Pesquisa direta com, no mínimo, três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de oito meses de antecedência da data de divulgação do edital.

Questão 41

As seguintes informações foram obtidas ao decorrer da auditoria interna realizada no setor de obras de um município:

| RISCOS IDENTIFICADOS | PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA DO RISCO | POTENCIAL IMPACTO DO RISCO |
|--|--------------------------------------|----------------------------|
| RISCO 1. Ausência de padrão para a publicação dos avisos de licitação, causando restrição à competitividade e falta de isonomia. | 15% | 20 |
| RISCO 2. Contratações sem rotinas de verificação de elementos que comprometem o caráter competitivo, levando a adoção de práticas anticompetitivas entre as empresas licitantes. | 20% | 45 |
| RISCO 3. Contratos celebrados sem listas de verificação com os requisitos mínimos para apresentação das garantias contratuais, levando a aceitação de garantias inidôneas. | 40% | 10 |
| RISCO 4. Pessoal com qualificação inadequada, levando a contratações desvantajosas, com conseqüente desperdício de recursos públicos. | 25% | 25 |

Escala de classificação dos riscos identificados.

| | MUITO BAIXO | BAIXO | MÉDIO | ALTO | MUITO ALTO |
|----------------|-------------|-----------|-----------|-----------|------------|
| NÍVEL DE RISCO | ≤ 1 | > 1 e ≤ 3 | > 3 e ≤ 6 | > 6 e ≤ 8 | > 8 |

Considerando exclusivamente as informações apresentadas, bem como que cada risco identificado deve ser avaliado em termos de seu potencial impacto e sua probabilidade de ocorrência, assinale a afirmativa correta.

- A) Pessoal com qualificação inadequada tem risco muito baixo.
- B) Ausência de padrão para a publicação dos avisos de licitação tem risco baixo.
- C) Contratações sem rotinas de verificação de elementos que comprometem o caráter competitivo tem risco alto.
- D) Contratos celebrados sem listas de verificação com os requisitos mínimos para apresentação das garantias contratuais tem risco muito alto.

Questão 42

Considerando exclusivamente a ISSAI 400, que trata dos Princípios Fundamentais de Auditoria de Conformidade, é INCORRETO afirmar que, na auditoria de conformidade, o auditor designado para o trabalho de auditoria deverá

- A) assumir a responsabilidade pela execução dos gastos públicos, pois é o auditor a parte responsável pelo objeto de auditoria.
- B) considerar o risco da auditoria durante todo o processo de auditoria e assumir a responsabilidade pela qualidade geral da auditoria.
- C) planejar e conduzir a auditoria com ceticismo profissional e exercer julgamento profissional durante todo o processo de auditoria.
- D) entender o ambiente de controle e os controles internos relevantes e considerar se eles são apropriados para assegurar a conformidade.

Questão 43

Considerando exclusivamente a Lei Municipal nº 1.464, de 10 de maio de 2012, que consolida o Sistema de Controle Interno do município de Santa Maria de Jetibá como órgão integrante da administração no âmbito do executivo e do legislativo municipal, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Sistema de Controle Interno terá por objetivo planejar e executar as receitas e despesas orçamentárias aprovadas para o município.
- II. O Sistema de Controle Interno terá por objetivo avaliar tempestivamente o atendimento das metas e resultados previstos nos respectivos planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias, bem como a execução dos programas de governo e orçamentos.
- III. O Sistema de Controle Interno terá por objetivo acompanhar se as receitas e despesas previdenciárias estão sendo apresentadas em demonstrativos financeiro e orçamentário próprios.
- IV. O Sistema de Controle Interno terá por objetivo verificar o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 44

As seguintes informações foram obtidas no relatório de auditoria sobre a utilização de controles internos nas atividades de contratações públicas em um município brasileiro; analise-as.

- I. O município identifica as demandas por bens e serviços para limpeza das vias públicas utilizando um documento padrão de oficialização das necessidades do município. Esse documento é utilizado para garantir que as demandas sejam justificadas e fundamentadas, e tem contribuído, continuamente, para a economia e boa gestão do gasto público.
- II. Algumas licitações para aquisição de equipamentos e serviços de informática foram realizadas sem existência de setor específico com atribuições definidas, levando a aquisições de bens e serviços desvantajosas para o município, tais como compras de componentes mal especificados e aquisição de serviços que não permitem adequada gestão contratual.
- III. Para garantir a disponibilidade dos bens e serviços, previamente selecionados, nas quantidades adequadas e no tempo oportuno, o município implantou um método para quantificação de bens e serviços a serem adquiridos para utilização em reformas de praças e parques, o que tem levado a estimativas de quantidades e padrões adequados e contribuído para a boa gestão dos recursos e economia dos gastos públicos do município.

Considerando exclusivamente as informações apresentadas, bem como que o controle interno deve promover a eficiência operacional, garantindo que os recursos públicos sejam empregados eficientemente nas operações cotidianas do município, verifica-se que a gestão pública do município necessitaria implementar controles adequados e efetivos de acordo com o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 45

Considerando exclusivamente as informações apresentadas, bem como a definição do escopo, da natureza, da época e da extensão dos riscos e procedimentos atinentes aos trabalhos de auditoria, analise as informativas a seguir.

- I. O risco de detecção é o risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não identifiquem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.
- II. O risco de controle é aquele que uma organização está exposta sem considerar quaisquer ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto.
- III. O risco de auditoria consiste na possibilidade de emitir relatório de auditoria incorreto por não ter detectado erros ou irregularidades significativas que modificariam a opinião expressa no relatório.
- IV. O risco inerente é o risco de que um erro ou classificação indevida materiais que possam constar de uma afirmação não sejam evitados ou detectados tempestivamente pelos controles internos da entidade.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório, constituída de 1 (uma) questão discursiva ou estudo de caso versando sobre temas relacionados aos conhecimentos específicos. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverão ser observados os limites mínimos de 15 (quinze) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de 0,5 (zero vírgula cinco) ponto a cada linha abaixo do limite mínimo exigido. As linhas que excederem ao limite máximo serão desconsideradas para fins de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrito em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado no edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Para efeito de pontuação serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

| CRITÉRIOS | PONTUAÇÃO |
|---|-----------|
| (A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS | 14 pontos |
| ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO | |
| Neste critério serão avaliados: pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado. | |
| (B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS | 6 pontos |
| Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir: 1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação. | |
| OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO: | |
| 1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,2 ponto, até o limite de 6 pontos. 2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com, no mínimo, duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos. 3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva. | |

Lucas, tutor nomeado de uma adolescente de 16 anos, depara-se com uma situação delicada. A tutelada manifesta interesse em casar-se com um jovem de 18 anos. Diante desse contexto, disserte sobre seguintes questões, considerando as normas do Código Civil e os desafios éticos envolvidos:

- A) Como o Código Civil aborda a capacidade para o casamento e quais são as possíveis implicações legais desse caso específico;
- B) Caso Lucas decida não apoiar o casamento da tutelada, que medidas legais e cautelas éticas ele deve adotar para assegurar a validade do matrimônio; e,
- C) As responsabilidades de Lucas em relação à administração dos bens da tutelada após o casamento.

PROVA DISCURSIVA

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

RASCUNHO







INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível fundamental incompleto e completo, nível médio e nível técnico; 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior; e, uma Prova Discursiva para os cargos de Auditor Fiscal de Tributos Municipais e Auditor Público Interno – todas as especialidades).
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva – Auditor Fiscal de Tributos Municipais e Auditor Público Interno – todas as especialidades) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 3 (três) horas para todos os cargos, exceto para os cargos de Auditor Fiscal de Tributos Municipais e Auditor Público Interno (todas as especialidades), cuja prova terá duração de 4 (quatro) horas. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva – Auditor Fiscal de Tributos Municipais e Auditor Público Interno – todas as especialidades).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva – Auditor Fiscal de Tributos Municipais e Auditor Público Interno – todas as especialidades) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, deverá assinar termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.